

Editorial

A apresentação de mais um número da revista *Espaço Pedagógico* que tem como tema central “Educação e Inclusão”, é motivo de satisfação. O tema da inclusão tem dominado inúmeros discursos no âmbito das políticas de educação e das políticas sociais no sentido amplo. Dada a polissemia do conceito, ele tem se prestado para vários usos e compreensões. Como entender o conceito de inclusão, especialmente no âmbito da educação, numa perspectiva crítica e emancipadora?

O uso mais corrente do conceito inclusão no âmbito da educação é da integração de alunos portadores de necessidades educativas especiais na escola regular. Evidentemente, essa é uma dimensão importante, conforme abordam alguns textos do presente número. No entanto, a inclusão precisa ser pensada de forma mais ampla e articulada à democracia e à cidadania, dimensões que incluem a participação política e as questões socioeconômicas.

A inclusão tem de ser pensada na perspectiva da emancipação. Dessa forma, superam-se propostas e projetos que utilizam o conceito inclusão articulado com o *status quo*. Todo projeto que tenha como alvo a integração ao sistema dominante, no qual as condições de vida são opressoras e desumanas, pode ser entendido como inclusão. O próprio discurso neoliberal dominante no contexto atual fala de inclusão, embora sua compreensão seja, efetivamente, a adequação aos ditames do mercado. Assim, é preciso explicitar que a inclusão somente pode ser pensada como construtora de cidadania e de emancipação.

No âmbito das políticas de educação, a incorporação de novos conceitos, entre os quais o de inclusão, data de anos recentes. Muitos desses conceitos foram forjados nas lutas sociais e educacionais, mas foram, posteriormente, incorporados por setores dominantes e conservadores com outras significações e implicações sociopolíticas. O conceito em questão não foge a essa regra. Assim, é fundamental um balanço dos avanços ocorridos nos últimos trinta anos no âmbito das políticas de educação, especialmente com as grandes conferências internacionais de 1990 e de 1994, nas quais o conceito de inclusão aparece como central.

Os textos que compõem o presente número tratam direta e indiretamente no tema inclusão. Isso é feito desde o ponto de vista conceitual, passando por experiências, especialmente com a formação de professores, bem como experiências concretas. O texto de Sanches e Teodoro, “Em busca de indicadores de educação inclusiva: o que os professores de apoio educativo dizem que gostariam de fazer”, discute a relação de professores com situações de educação especial. O texto de Turski e

Trevisol, “Escola inclusiva: lugar para todos”, discute a inclusão escolar do ponto de vista dos desafios que se apresentam aos professores do ensino fundamental na educação de alunos com necessidades especiais. O texto de Ujiie e Zych, “Concepções de coordenadoras de CMEI e o paradigma da inclusão na educação da primeira infância”, analisa a inclusão de crianças com necessidades educativas especiais em centros municipais de educação infantil. O texto de Paim, “Eu quero, eu posso, eu vou conseguir aprender a ler e a escrever”, aborda os desafios da educação de jovens e adultos na construção do conhecimento e como esses sujeitos leem e escrevem em seus cotidianos. O texto de Pereira, Raizer e Meirelles, “A luta pela democratização do acesso ao ensino superior: o caso dos cursinhos populares”, aprofunda como a experiência de cursinhos populares contribui na inclusão social, especialmente para pobres afro-descendentes. O texto de Sarturi, “Democratização da escola como uma prática de cidadania: em busca da coerência do discurso hegemônico”, discute a democratização da escola pública e o confronto entre o discurso dominante e as práticas escolares. O texto de Fornari, “Reflexões acerca da reprovação e evasão escolar e os determinantes do capital”, aborda questões inerentes aos processos de exclusão na escola do ponto de vista da evasão e reprovação escolar. O texto de Iardelevsky e Centeno, “Transformaciones de la tarea y la formación docente en la Argentina: una experiencia de profesionalización de profesores noveles”, discute a problemática da formação docente no contexto das transformações políticas educacionais na década de 1990 e a realidade da formação docente na Argentina. Fecha o número o texto de Pasa e Nogaro, “A responsabilidade da pedagogia e do pedagogo (empresarial) frente à crise ética e humana”, que discute como a pedagogia empresarial vem tratando de questões relativas à ética e à humanidade.

Desejamos a todos boa leitura.